

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TEMA «ARQUEOLOGIA CRISTÃ»

José Luís de Matos

Existe uma distancia que se torna dia a dia maior entre o modelo teórico em que assenta o discurso sobre a «Arqueologia Cristã» e o riquíssimo labor da investigação prática dos especialistas.

Com a finalidade de tentar clarificar as questões e denunciar as distorsões entre prática e teoria permitam-me que formule algumas dúvidas e interrogações àcerca do âmbito cronológico próprio da «Arqueologia Cristã» bem como da completa pertinência do emprego dessa expressão em várias circunstâncias.

Apesar do debate permanente entre os especialistas não existe consenso acerca das balizas cronológicas a empregar, e o período a abranger tanto pode terminar no século IV como no VIII ou mesmo no XII ou XIII. Trata-se do período anterior a Constantino? Podemos falar de Arqueologia Cristã sob os reinos bárbaros? Não deveremos incluir as produções materiais de cristãos vivendo sob o domínio muçulmano? A «Arqueologia Cristã» servirá afinal como uma espécie de pródomo a uma «civilização cristã» ou a uma arqueologia «cristã medieval»?

Quanto a mim porém o mais grave é uma certa vocação, por assim dizer «abrangente» que a «arqueologia cristã» possui. Sob o seu manto tudo tem sido incluído: sociedade, economia, instituições e naturalmente a totalidade da «cultura» dos grupos humanos nos períodos considerados. Ora, será que após o tão longo caminho feito pela arqueologia no sentido de se chegar a uma completa identificação dos períodos referidos se não deveria ultrapassar o verdadeiro impasse teórico representado pela denominação de «Arqueologia Cristã»?

Uma larga tradição, que se pode filiar na veneração que o cristianismo medieval prestou aos objectos e às estruturas arquitectónicas e artísticas datadas da época do cristianismo primitivo (incluindo aquela que o modelo cristão medieval considerava a sua época de máximo esplendor —a época de Constantino—) está na origem do interesse prestado às antiguidades cristãs da época renascentista e veio a constituir uma parte importante dos estudos sobre arte e arqueologia que se desenvolveram na Europa a partir do século XVIII.

Nascida portanto em ambiente de veneração religiosa, a «Arqueologia Cristã» cunhou, de certa forma, a sua imagem científica durante o século XIX com os estudos sobre catacumbas e vestígios monumentais de Roma e Jerusalém e com o despertar do interesse do mundo cultural sobre arte bizantina. Toda uma arqueologia proto-medieval incipiente foi, a partir daí, referenciada ao estudo dos monumentos e vestígios cristãos que por surgirem com maior evidência foram os primeiros a ser estudados.

Alguns arqueólogos e historiadores do século passado e dos princípios deste século empregaram os termos de «arqueologia de época visigótica» ou de «época suévica». Esta designação revelava-se globalmente ajustada, embora não definisse qual a estrutura dessas arqueologias, quais as relações que mantinham com as civilizações anteriores ou com as coevas. Mais recentemente porém cunharam-se os termos de «Arqueologia Visigótica» ou «Arqueologia Suévica» tendo sido retirada a expressão «de época de» e essa alteração introduziu imprecisões metodológicas.

É comum por parte de arqueólogos e historiadores o reconhecimento da influência de Bizâncio nos processos civilizacionais que tiveram lugar na Península Ibérica entre os séculos IV e VIII da nossa era. Para muitos trata-se de influências relativamente marginais e secundárias.

Relativamente aos três temas enunciados é necessária alguma reflexão dado que os problemas não se apresentam neste domínio com clareza meridiana. Passo a desenvolver cada uma das questões.

1) Efectivamente quando se fala da arqueologia cristã posterior ao século IV, de arqueologia bizantina, visigótica, suévica, é de arqueologia tardo-romana que se trata, e se a arqueologia cristã não pode naturalmente desligar-se das expressões regionais próprias a Bizâncio, ao reino dos suevos ou dos visigodos, não nos é lícito hipostasiar cada uma destas designações e considera-las como entidades estruturalmente separadas ou separáveis de todo o conjunto que a integra.

Estruturalmente esse mundo romano que continua a existir a leste e a oeste do Mediterrâneo desde o século IV ao século VIII apresenta uma coerência notável. São fundamentalmente as mesmas que no período clássico as cidades e as vias de comunicação, e no que respeita à economia e sociedade, e mesmo à cultura de um modo geral, as estruturas essenciais estavam já presentes no *Dominato* de Diocleciano e Constantino. Se em certas regiões a partir do século IV a administração central já não coordena a vida pública e o poder foi assumido pelos *foederati*, pelos vários bandos de *milites* e outros «usurpadores», ou simplesmente é gerido local e casuisticamente pelos *episcopi* cristãos, essa desagregação do poder político não se estende ao oriente, onde o imperador continua a governar reivindicando e assumindo de facto muitas vezes a gerência política e cultural do Império no seu todo, dominando economicamente, e por vezes militarmente, toda a área do Mediterrâneo.

Este mundo «tardo-romano» tem sido caracterizado como um mundo cristão. A «conversão» do Império Romano ao cristianismo deu aso modernamente a duas ideologias de sinal contrário. Se para os defensores da ideologia da «decadência do Império» a conversão ao cristianismo propiciou, ou foi o sintoma, da decadência, para toda uma tradição

histórica marcada pelo proselitismo cristão foi, pelo contrário, o triunfo de Cristo sobre o paganismo.

Há um erro comum às duas ideologias que não tem sido suficientemente ponderado. Ambas têm como dado adquirido o facto de ter havido uma «conversão», isto é uma mudança estrutural que teria destruído ou desfigurado a realidade romana anterior. A «Arqueologia Cristã» surge muitas vezes desta forma como alternativa á «Romanidade» já que se tratava de caracterizar uma realidade outra.

Ora os historiadores do período em questão coincidem em que as alterações civilizacionais introduzidas pelo *Dominato* ao nível da economia e sociedade, ao nível das instituições e da política, ao nível cultural e das mentalidades e que marcam profundamente os quatro séculos seguintes, e sob certos aspectos toda a Idade Média, têm muito menos a ver com a «conversão» religiosa do Império, e sim, e fundamentalmente com uma nova dinâmica social e política, com a ruralização da sociedade, com a lenta «feudalização» social. A «conversão» do Império ao cristianismo é talvez menos relevante do que a «conversão» do cristianismo ao Império.

Em conclusão, o termo «Arqueologia Cristã» é em si mesmo restritivo e não serve para caracterizar toda uma civilização material resultante de facto da instauração do *Dominato*.

2) Num mundo posterior à chamada «invasão dos bárbaros» tal como ela é caracterizada pelos historiadores do século XIX a «civilização romana» como que desapareceu e em sua substituição teriam surgido na Península Ibérica as civilizações visigótica, suévica, e outras civilizações, que foram consideradas de resto como raízes e o fundamento dos nacionalismos ibéricos decimonónicos. Segundo esta ideologia, do desastre romano teria emergido o foco civilizacional constituído pelas igrejas cristãs. Desse pressuposto «nacionalista» e «cristão» derivam duas conclusões distintas ao nível dos estudos arqueológicos, a saber: em primeiro lugar a «arqueologia visigótica» ou a «suévica» deveriam ser consideradas como fundamentalmente distintas da arqueologia romana e em segundo lugar a «arqueologia cristã», considerada como entidade distinta das anteriores, mereceria ser tratada de per si e teria mesmo, para alguns, um lugar primacial.

A crítica a estas posições foi também sobejamente feita pelos historiadores contemporâneos. A permanência da romanidade tardia como um todo ao nível das estruturas materiais, é um facto que as invasões dos bárbaros não conseguem destruir enquanto estrutura fundamental da vida material, e na romanidade tardia se inserem todos os elementos que dão corpo à «Arqueologia Cristã».

Esta romanidade tardia é naturalmente regional e diferenciada relativamente à romanidade clássica, já que se trata de um mundo rural globalmente menos rico em termos económicos, já que estamos a falar de comunidades regionais não unificadas politicamente por um poder central uno e forte, regionalidades onde são culturalmente evidentes as influências de Bizâncio, onde através do domínio social fluem as influências da «cultura mobiliária» dos «bárbaros».

Também neste domínio não é admissível privilegiar o estudo de uma «arqueologia cristã» distinta do universo da arqueologia tardo-romana.

3) Por último há que considerar o papel de Bizâncio na sua função estruturante do conjunto das civilizações tardo-romanas mediterrânicas e do papel fundamental que Bizâncio joga na implantação efectiva de uma «Civilização Cristã», a identificação operada a todos os níveis da cultura e da sociedade entre Império Bizantino e «Império de Jesus Cristo».

A influência de Bizâncio no que respeita a formas artísticas ou arqueológicas tem sido considerada por muitos como, por assim dizer, exterior ao sistema, algo que se adicionou a lógicas consideradas como essencialmente diferentes, negando-se, em nome da originalidade das civilizações peninsulares, algumas ligações e filiações que hoje são meridianamente claras. Não é necessário ser-se «bizantinista» para se reconhecer que todo o Mediterraneo se estrutura, entre os séculos IV e VIII, em torno de Bizâncio, a «Cultura Dominante» neste período e nesta área.

A autonomia política e administrativa (a «independência») dos chamados «bárbaros» do ocidente mascarou durante muito tempo o facto do Império no seu todo não ter efectivamente desaparecido, nem a oriente onde continuava a existir praticamente intacto, nem a occidente onde o poder imperial nunca abdicou do seu exercício *de iure* e muitas vezes *de facto*. Não tendo em todas

as épocas capacidade de intervenção nos domínios administrativo e militar relativamente ao ocidente, Bizâncio mantinha fortes laços mercantis com as regiões romanas ocidentais, denunciados por exemplo de forma evidente pela existencia de estruturas e outros vestígios descobertos em «*villae*» e portos tardo-romanos do nosso território. Porém é sobretudo nos aspectos culturais que a dominância de Bizâncio se exerce no ocidente.

Depois de uma tentativa falhada do *Dominato* na época de Diocleciano para erradicar o cristianismo, este aparece aos imperadores desse período como a «cultura» espiritual mais adaptada e mais adaptável à nova estrutura social e à mundo-visão, à ideologia, desse período. De resto aquilo que hoje é identificado como o modelo «Constantiniano» do cristianismo tem marcas profundas das ideologias da romanidade oriental.

A estruturação ideológica e disciplinar do cristianismo globalmente considerado, tal como ele existe no âmbito do Império não só a oriente como a ocidente, é feita basicamente nos concílios ecuménicos bizantinos (Niceia, Constantinopla, Éfeso, Calcedónia, etc.) organizados pelo imperador bizantino para proveito da coesão do Império. São neles definidas as bases ideológicas (o dogma), as formas concretas que toma a organização e o direito (a disciplina), definidas as tradições e a interpretação dos textos sagrados. Os próprios rituais e liturgias do culto cristão oriental e ocidental são, em muitos aspectos, uma sobrevivência dos rituais cortesãos bizantinos. Menciono de passagem que a reivindicação do Bispo de Roma de liderança das Igrejas Cristãs, sendo como é muito antiga, só teve efectividade prática a partir do século VIII, e, como se sabe, existiu na prática unicamente na porção ocidental do espaço romano.

Assim a religião cristã funcionou durante o período referido como a cultura agregadora do mundo romano, como sublimação, no âmbito cultural, da realidade possível do Império, sendo a «catolicidade» a forma concreta que toma a *oikuméné* imperial, o «Império de Jesus Cristo» presidido pelo imperador de Bizâncio.

A Península Ibérica manteve-se durante o período em questão parcialmente em estado de heresia. Arianismos, adopcionismos, priscilianismos somavam-se naturalmente (e concomitantemente) à heresia política, ou seja à autonomização relati-

vamente a Bizâncio nos domínios político, militar e administrativo. No entanto as estruturas cristãs implantadas na época do *Dominato*, a obediência às determinações dos concílios ecuménicos, à adopção de disciplinas e liturgias muito próximas das bizantinas, induziram as igrejas cristãs peninsulares a permanecer na «romanidade» e a tomar parte efectiva na «cultura cristã» bizantina.

No que respeita às estruturas materiais que funcionaram como suporte dessa «cultura cristã», não posso deixar de notar de passagem que, por exemplo, a identificação de muitos elementos arquitectónicos e arqueológicos, tais como colunas torsas, talhe em bisel etc. com artes e técnicas visigóticas e suévicadas, não tem qualquer cabimento, dado que esses povos não teriam certamente trazido esses elementos «urba-

nos» na sua bagagem de «nómadas» estando nós perante uma arte e uma arqueologia cujos modelos talvez não estejam na arte da cõrte de Bizâncio, mas existem seguramente nas de áreas provinciais do Império ou derivam das formas locais peninsulares.

Este terceiro núcleo de reflexões postula como é lógico que exista um grande cuidado no emprego do termo «Arqueologia Cristã» aplicado às produções das igrejas tardo-romanas que utilizam modelos e protótipos espirituais e materiais de proveniência bizantina

Para concluir, julgo que se torna necessário libertar a «Arqueologia Cristã» dos equívocos e fantasmas que ainda a povoam, mais no campo teórico que no da prática já que o imenso labor dos especialistas há muito ultrapassou as debilidades teóricas do modelo.